A Câmara Municipal de Quatis, no Estado do Rio de Janeiro, **APROVOU**, e, eu sanciono a seguinte:

LEI Nº 146 DE 27 DE JUNHO DE 1997.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Educação, e sua adequada aplicação no Município.

Art. 2º - A política de Educação no Município de Quatis, será garantida através dos seguintes instrumentos institucionais:

I – Conselho Municipal de Educação – CME

II – Conselho de Alimentação Escolar – CAE

III – Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

TÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 3º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação CME, órgão colegiado de caráter paritário, com finalidade básica de assessorar, normatizar, orientar, acompanhar e fiscalizar o sistema de ensino do Município.

Parágrafo Único – O âmbito de competência do CME restringe-se à Educação Infantil, Ensino Fundamental e educação de Jovens e Adultos.

Art. 5º - O CME é composto de 10 (dez) membros, nomeados pelo Prefeito dentre pessoas envolvidas na área educacional e ou de relevantes serviços prestados à Educação.

I – 05 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito.

II – 05 (cinco) representantes de entidades legalmente constituídas, com atuação no Município, que congreguem usuários, entidades mantenedoras de ensino e profissionais da educação.

§ 1º - A cada membro titular do CME corresponderá um suplente.

§ 2º - Dentre os membros indicados pelo prefeito, a que se refere o inciso II deste artigo, deverão estar incluídos professores, diretores e coordenadores em exercício no Município, vedada a participação do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

§ 3º - Os representantes das entidades serão escolhidos pelos seus pares, em assembleia aberta ao público, previamente divulgada na comunidade, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 6º - O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 7º - A nomeação dos Conselheiros será efetuada mediante Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 8º - O mandato de Conselheiro será de 04 (quatro) anos, admitindo-se uma recondução por igual período.

§ 1º - Ocorrendo vacância, o Prefeito Municipal nomeará o suplente para que complete o mandato interrompido.

§ 2º - O mandato de qualquer Conselheiro será considerado extinto nos casos de renúncia expressa ou tácita, configurando-se esta última pela ausência por mais de 03(três) reuniões consecutivas ou 05(cinco) reuniões intercaladas no período de 01 (um) ano, sem justificativa do Plenário.

§ 3º - Os membros do CME poderão ser substituídos mediante solicitação justificada da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

§ 4º - Os Conselheiros devem, de preferência, ter domicílio no Município.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 4º - O CME terá, respeitadas as diretrizes e bases estabelecidas pela legislação federal e as disposições supletivas da legislação estadual, além das atribuições que lhe forem delegadas pelo conselho Estadual de Educação, as seguintes competências:

I – participar da formulação da política de Educação do Município, analisando e propondo diretrizes educacionais;

II – zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, aplicáveis à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos do Município;

III – propor à SMECE escala de prioridades para destinação dos recursos orçamentários, na fase de elaboração da proposta anual de orçamento;

IV – fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários destinados à Educação no Município, buscando assegurar a prioridade do ensino fundamental;

V – emitir parecer sobre programas e projetos de organização, expansão e aperfeiçoamento do sistema de ensino do município, a serem executados com recursos próprios do município;

VI – emitir parecer sobre programas e projetos que forem objeto de convênios ou acordos com outras esferas de governo ou com entidades públicas ou particulares, especialmente os programas de municipalização do ensino;

VII – aprovar o Plano Municipal de Educação;

VIII – fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade da realização da chamada anual da população escolar;

IX – participar da análise de dados obtidos na chamada anual da população escolar, propondo alternativas para a expansão do atendimento;

X – fixar critérios e emitir parecer sobre parecer sobre destinação ou cancelamento de recursos públicos municipais concedidos a instituições de caráter educativo na forma de bolsas, convênios ou outros meios;

XI – propor programas de capacitação de professores a serem implementados através da SMECE:

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 9º - É a seguinte a estrutura básica do Conselho:

- I – Presidência;
- II – Vice-Presidência,
- III – Secretaria Geral;
- IV – Câmaras;
- V – Assessoria Técnica.

Art. 10º - O CME integra a estrutura básica da S. M. E. C. E como unidade administrativa e orçamentária.

CAPÍTULO IV DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO

Art. 11 – São os seguintes os responsáveis pela direção e assessoramento dos órgãos da estrutura básica do Conselho:

- I – da Presidência: 01 (um) Presidente;
- II – da Vice-Presidência: 01 (um) Vice-Presidente;
- III – da Secretaria Geral: 01 (um) Secretário Geral;
- IV – da Assessoria Técnica: 01 (um) Assessor Técnico.

§ 1º - As Câmaras quanto a sua constituição, composição e assuntos de sua competência, serão detalhadas no Regimento Interno do CME.

§ 2º - As competências dos Titulares dos Órgãos do Conselho serão detalhadas no Regimento Interno.

§ 3º - A Assessoria Técnica será composta por um funcionário, que dará a Diretoria do Conselho assistência técnica, devendo ser escolhida pessoa de reputação ilibada, formação escolar superior em Curso de Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar e ou Supervisão Escolar.

Art. 12 – O Presidente do Conselho e o Vice-Presidente serão eleitos por seus pares em reunião plenária, sendo seus mandatos de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 13 – As funções de Conselheiros são consideradas de relevante interesse público, tendo o seu exercício prioridade sobre o de quaisquer outras funções no Município.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 – Dependem de homologação do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, através de Portaria, as Deliberações e Pareceres do Conselho aprovados por menos de 2/3 (dois terços) do Plenário.

§ 1º - A homologação das Deliberações e Pareceres do Conselho será expressa no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da entrada da respectiva documentação no protocolo da SMECE.

§ 2º - Decorrido o prazo referido no parágrafo anterior, sem comunicação ao Conselho de veto do Secretário, considerar-se-ão aprovadas as Deliberações e Pareceres, por Portaria do Presidente do Conselho, expedida dentro de 10(dez) dias seguintes.

§ 3º - O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte poderá devolver para reexame ou esclarecimento, no prazo a que se refere o § 1º, os atos submetidos à sua homologação, sendo suspenso, neste caso, o aludido prazo.

Art. 15 – Os projetos de Deliberação sobre qualquer matéria de competência do Órgão, encaminhados pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte deverão ser votados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da entrada no Conselho.

TÍTULO III DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 16 - O Conselho da Alimentação Escolar-CAE, tem a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução do Programa de Assistência e Educação Alimentar junto aos estabelecimentos de ensino de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I – fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados a merenda escolar;

II – promover a elaboração de sugestão para os cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos “in natura”;

III – orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região;

IV – articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos Estadual e Federal assim como outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas Escolas Municipais;

V – fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais;

VI – articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os Órgãos de Educação do Município, motivando-as na criação de hortas nas escolas a fim de enriquecimento da alimentação escolar;

VII – realizar campanhas educativas de esclarecimentos sobre alimentação;

VIII – realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-os em conta quando da elaboração dos cardápios para merenda escolar;

IX – exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre limpeza dos locais de armazenamentos;

X – realizar campanhas de higiene e saneamento básico no que diz respeito aos seus efeitos sobre a alimentação;

XI – promover cursos de culinária, nutrição, conservação e higiene dos utensílios e material, junto as escolas do Município;

XII – levantar dados estatísticos nas escolas e comunidades com a finalidade de orçamentar e avaliar o Programa Municipal de Alimentação Escolar-PMAE;

XIII – apresentar ao público o Plano de Ação da Prefeitura sobre a gestão do PMAE, no início do exercício letivo e a prestação de contas anual a ser apresentada ao órgão competente;

XIV – colaborar na apuração de denúncias sobre irregularidades na merenda escolar, mediante encaminhamento à instância competente, para apuração, dos eventuais casos de que venha tomar conhecimento;

XV – divulgar a sua atuação como organismo de controle social e de apoio à gestão descentralizada da merenda escolar;

XVI – promover estudos e o incentivo na utilização de alimentação alternativa na merenda escolar.

Parágrafo Único – A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo da SMECE.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 17 – O CAE terá a seguinte composição:

- I – 1 (um) Presidente (representante da SMECE);
- II – 1 (um) Vice-Presidente (representante dos professores);
- III – 1 (um) representante dos Pais de Alunos;
- IV – 1 (um) representante da Comunidade.

§ 1º - A nomeação dos membros do Conselho será feita por Decreto do Prefeito Municipal, para um prazo de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

§ 2º - A cada membro titular do CAE corresponderá um membro suplente.

§ 3º - O Presidente do Conselho permanecerá como tal durante o tempo que durar sua função na SMECE.

§ 4º - Os representantes referidos neste artigo serão indicados por suas entidades e nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 5º - No caso de ocorrer vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

§ 6º - O CAE reunir-se-á mensalmente ou extraordinariamente quando convocado por seu Presidente.

§ 7º - Os membros do CAE serão substituídos caso falem, sem justo motivo, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas no período de 01 (um) ano.

§ 8º - Os substitutos serão nomeados pelo Prefeito Municipal mediante solicitação das entidades ou da autoridade responsável.

Art. 18 – O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art. 19 – O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

- I – recursos próprios do Município como consta no orçamento anual;

II – recursos transferidos pela União e pelo Estado;
III – recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais desde que estejam dentro do controle de qualidade exigido.

Art. 20 – Aplicam-se a este Conselho as disposições previstas nos Artigos 26 e 27 desta Lei.

TÍTULO IV
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 21 – O Conselho tem a finalidade de exercer o controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, tendo como atribuição acompanhar e controlar a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 22 – O Conselho será constituído por 05 (cinco) membros, sendo:

- a) 01 (um) representante da SMECE;
- b) 01 (um) representante dos professores e diretores das escolas públicas do Ensino Fundamental;
- c) 01 (um) representante dos pais de alunos;
- d) 01 (um) representante dos servidores das escolas públicas do Ensino Fundamental;
- e) 01 (um) representante do CME.

§ 1º - Os membros do Conselho serão indicados por seus pares ao Prefeito que os designará mediante Decreto para exercer suas funções.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho será de 03 (três) anos, vedada a recondução para mandato subsequente.

§ 3º - O exercício da função de Conselheiro não será remunerada.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 23 - Compete ao Conselho:

I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do censo educacional Anual;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 – As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária, através de comunicação escrita, por qualquer de seus membros, ou pelo Prefeito Municipal.

Art. 25 – O Conselho terá autonomia em suas decisões, que serão submetidas ao Prefeito Municipal.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 26 – As despesas com a instalação dos Conselhos Municipais, ora criados, correrão à conta de recursos orçamentários destinados à SMECE, enquanto não houver dotação orçamentária própria prevista na Lei Anual de Orçamento Municipal.

Art. 27 – Os membros dos Conselhos, ora criados, terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a nomeação, para elaborarem os Regimentos Internos relativos a cada Conselho que deverão ser aprovados por 2/3 (dois terços) dos colegiados e homologados pelo Prefeito Municipal, através de Decretos.

Art. 28 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIS, 27 de junho de 1997

ALFREDO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal